



INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente".
 - fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
 - apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.
-

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

A primeira e única pesquisa ampla sobre a população de rua foi realizada entre 2007 e 2008 pelo [Ministério do Desenvolvimento Social](#) (agora transformado em secretaria vinculada ao Ministério da Cidadania), mas não atingiu todo o território nacional. Avaliou um público composto por pessoas com 18 anos completos ou mais e abrangeu 71 cidades, sendo 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais. Foram detectados 31,9 mil adultos em situação de rua. Somando-se os resultados de pesquisas feitas à parte em São Paulo, Belo Horizonte e Recife, o contingente se elevou a 44 mil.

Graças a esse estudo, foi possível traçar um perfil heterogêneo da população de rua levando em conta idade, gênero, cor da pele, formação escolar, razões da ida para rua. Constatou-se, entre outros aspectos, que 69,6% deles dormem na rua, 22,1% em albergues e 8,3% alternam entre a rua e os albergues. Quanto à alimentação, 79,6% conseguem fazer pelo menos uma refeição por dia, mas apenas 27,4% compram comida com o próprio dinheiro.

TEXTO II

No ano passado o Disque 100, o aplicativo Proteja Brasil e a Ouvidoria do Ministério de Direitos Humanos (transformado agora em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) contabilizaram aproximadamente 900 denúncias da população em situação de rua. No balanço divulgado com os tipos de violência de janeiro a junho, destacam-se os números de negligência (76,1%), violência psicológica (21,7%), violência institucional (19,2%) e violência física (11,4%).

Foi na busca por caminhos para enfrentar a violência contra a população em situação de rua que o Conselho Nacional de Direitos Humanos promoveu em Brasília, no ano passado, o seminário Violência Letal contra a População em Situação de Rua no Brasil: construir propostas para enfrentar aspectos de um genocídio. O seminário recebeu representantes dos movimentos de população de rua de diversos estados do Brasil, pesquisadores e especialistas da área do direito.

Cristina Bove, representante da Pastoral Nacional do Povo da Rua, relembrou ali o caso de horror vivido por oito moradores de Belo Horizonte em 2011. Era uma manhã de domingo quando sete homens e uma mulher que viviam na Praça Iron Marra, no Bairro Santa Amélia, encontraram uma garrafa contendo bebida, compartilhada por todos do grupo em seguida. A bebida estava misturada a chumbinho, um raticida muito popular. Os moradores foram rapidamente socorridos e por isso sobreviveram, mas os reflexos do ataque permaneceram por muito tempo. Até hoje os culpados não foram identificados.

Diana Bispo (sob supervisão), Cíntia Sasse e Nelson Oliveira. Publicado em 27/3/2019. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2019/03/especial-cidadania-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em 19 de maio de 2019.

TEXTO III



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema, “População em situação de rua, um urgente desafio a ser enfrentado pelo Brasil hoje”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Este material está registrado em cartório sob a Lei dos Direitos Autorais. Assim, “é vedada a reprodução deste material — seja para fins didáticos ou comerciais — sem a devida autorização da autora. LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro, 1998.